

PROCESSO Nº 079/2023
EDITAL Nº 045/2023 – CONCORRÊNCIA Nº 002/2023

OBJETO: Contratação de até 02 (duas) agências de propaganda para atenderem, individualmente ou em conjunto, as demandas de serviços de comunicação e publicidade do **SENAR-AR/MS** e do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**.

1. DO OBJETO.
2. DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSOS.
3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.
4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO.
5. DO CREDENCIAMENTO.
6. DOS ENVELOPES.
7. DA PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPES “01 e 02” – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA.
8. PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº “03” – CONJUNTO DE INFORMAÇÕES.
9. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “04”.
10. DOS PROCEDIMENTOS.
11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO.
12. DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “05”.
15. DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO.
16. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
17. DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E DAS POLÍTICAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO SENAR-AR/MS.
18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO.
19. DAS PENALIDADES.
20. DA PUBLICIDADE.
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

PROCESSO Nº 079/2023
EDITAL Nº 045/2023 – CONCORRÊNCIA Nº 002/2023

PREÂMBULO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul (**SENAR-AR/MS**), sediado na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, torna pública a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo "**TÉCNICA E PREÇO**", que será regido em conformidade com os preceitos do Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do SENAR, aprovado pela Resolução nº 001/CD, de 15/02/2006 (DOU 23/02/2006), alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011), pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012), pela Resolução nº 39/21/CD de 08/12/2021 e demais disposições aplicáveis à licitação e aos contratos administrativos, disponibilizadas na página eletrônica do SENAR http://senarms.org.br/sites/default/files/licitacoes/RLC-SENAR_0.pdf.

REUNIÃO DO CERTAME: Terá início às **09h, do dia 31 de julho de 2023** na sede do **SENAR-AR/MS**, com o recebimento da documentação de habilitação e respectivas propostas.

Os trabalhos licitatórios serão coordenados pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, nomeada pela Portaria nº 007/2023/PRES.CA, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas, que será realizada por Subcomissão Técnica, constituída para esse fim.

As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, constituída por, pelo menos, **03 (três)** membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o **SENAR-AR/MS**.

Fica vedada a participação de pessoas da subcomissão que tenham parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade com funcionários, sócios ou representantes legais das licitantes, bem como qualquer conflito de interesse no resultado final da licitação.

RETIRADA DO EDITAL: no site <http://senarms.org.br/licitacoes-contratos>, na sede da Administração Regional do SENAR em Mato Grosso do Sul, situada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, ou ainda mediante solicitação pelo e-mail licitacoes@senarms.org.br.

**** RETIRADA DO ENVELOPE Nº 01 - “Via não identificada”:** O envelope será padronizado e fornecido previamente pelo **SENAR-AR/MS** sem nenhum tipo de identificação na parte externa, para preservar o sigilo quanto à autoria dos documentos nele contidos.

As empresas interessadas deverão retirar o envelope, no endereço constante no preâmbulo deste Edital, junto à Comissão Permanente de Licitação **até 48 (quarenta e oito)** horas antes da abertura do certame licitatório.

Somente será aceita pela CPL a via não identificada da **PROPOSTA TÉCNICA** – Plano de Comunicação Publicitária no envelope fornecido pelo **SENAR-AR/MS**.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de até 02 (duas) agências de propaganda para atenderem, individualmente ou em conjunto, as demandas de serviços de comunicação e publicidade do **SENAR-AR/MS** e do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**.

1.2. As especificações técnicas estão descritas no Termo de Referência – Anexo I do presente Edital.

1.3. Os ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI são considerados partes integrantes e indissociáveis deste Edital, independente de transcrição.

2. DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSOS

2.1. O valor global máximo estimado para a presente licitação é de **R\$ 6.000.000,00** (seis milhões de reais).

2.2. Os valores acima mencionados são meramente referenciais e tem como única finalidade subsidiar as licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso do **SENAR-AR/MS** para com o seu atendimento na execução do objeto.

2.3. As despesas com a contratação correrão por conta do(s) seguinte(s) **CÓDIGO(S) ORÇAMENTÁRIO(S)**: 8719.1014 1.02.01.01.03.002.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação:

3.1.1. Somente poderão participar desta licitação empresas cuja atividade seja compatível com o objeto licitado, legalmente estabelecidas no país, constituídas e qualificadas como agências de propaganda nos termos do disposto no art. 3º da Lei Federal nº. 4.680/65, e do Regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, alterado pelo Decreto Federal nº 4.563/2002, apresentando para isso:

a) Declaração que a licitante é filiada ou associada ao Sindicato das Agências de Propaganda de sua base territorial ou Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP.

b) Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento, válido na data de abertura do certame, concedido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP, atestando que a licitante é legalmente constituída e que comprove sua habilitação, conforme disposto neste Edital.

3.2. Não será permitida a participação direta ou indireta nesta licitação dos seguintes licitantes:

3.2.1. Reunidas em consórcio.

3.2.2. Cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em curso de credores, em processo de recuperação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação.

3.2.3. Que tenham sido declaradas impedidas de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS**.

3.2.4. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer esfera da Administração Pública.

3.2.5. Cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de Conselho Técnico, Fiscal, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo ou sócio, sejam empregados ou ocupantes de quaisquer cargos no **SENAR-AR/MS** ou **SENAR-AC**.

3.2.6. Cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros do Conselho Técnico, Fiscal, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo; ou sócios, pertençam ainda que parcialmente, à empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.2.7. Pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra que esteja participando desta licitação.

3.2.8. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.3. A participação na presente Concorrência implica na aceitação plena e irrevogável das condições constantes neste Edital e seus anexos, bem como do RLC do SENAR e a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações, documentos e materiais apresentados em qualquer fase do processo.

3.5. Como condição prévia de participação, a CPL verificará a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b) Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

3.5.1. O resultado da pesquisa constará no processo e impedirá a participação da licitante no

certame, por falta de cumprimento das condições de contratação, estabelecidas pela Política de *Due Diligence* do SENAR-AR/MS – Resolução n.º 012/2021/PRES.CA.

3.5.2. Constatada a existência de sanção, a CPL reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

4.1. Os pedidos de esclarecimentos e/ou as impugnações ao Edital deverão ser encaminhadas por requerimento formal, dirigido à CPL, e protocoladas no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, até o prazo de 02 (dois) dias úteis de antecedência da data designada como de abertura para o presente certame, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende tê-lo viciado.

4.1.1. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de propostas de preços, proposta técnica e documentos de habilitação, não cabendo as licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

4.2. Os pedidos poderão ser protocolados na sede do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h ou ainda protocolados junto à CPL, por meio do e-mail licitacoes@senarms.org.br, de segunda à sexta-feira, a ser encaminhado em formato “.pdf”, assinado pelo representante legal da empresa.

4.2.1. O **SENAR-AR/MS** não se responsabilizará por eventuais e-mails que, por qualquer motivo, não sejam recebidos no prazo em virtude de possíveis problemas no servidor ou navegador, tanto do **SENAR-AR/MS** quanto do remetente da mensagem.

4.3. Caberá à CPL, decidir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia marcado para a realização do certame, sobre a impugnação interposta e os pedidos de esclarecimentos, sob pena de ter de reagendar a abertura do certame.

4.4. Se procedente e acolhida à impugnação deste Edital, as alterações serão comunicadas aos interessados pela mesma forma com que se deu a divulgação ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas. Neste último caso, as alterações serão publicadas exclusivamente no site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>, sem necessidade de reabertura de prazos.

4.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos formulados serão divulgadas mediante publicação de nota site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>, no mesmo link onde está publicado este Edital,

ficando as licitantes interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas e qualificadas como agências de propaganda, em conformidade com o **Item 3** do presente Edital.

5.2. Cada licitante terá apenas 01 (um) representante credenciado, respondendo por sua representada, devendo, para tanto, entregar à CPL, imediatamente após a abertura dos trabalhos, prova hábil de sua investidura como representante legal da empresa ou procuração para este fim específico. Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

5.2.1. REPRESENTANTE LEGAL – SÓCIOS, PROPRIETÁRIOS OU DIRIGENTES: Ato Constitutivo ou a Prova de Registro de Empresário Individual ou o Estatuto ou Contrato Social em vigor, inclusive a última alteração (podendo ser substituído por ato consolidado) devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual estejam **expressos seus poderes** para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.2.2. PROCURADOR: procuração pública ou particular ou Carta de Credenciamento (**Modelo – Anexo III deste Edital**), com reconhecimento de firma do outorgante, na qual constem **poderes específicos para formular propostas, assumir compromissos, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame**, acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante, dentre os indicados no **subitem 5.2.1**, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.2.3. O representante legal e/ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.2.4. Após a convocação para credenciamento do representante da licitante, não será aceita a entrega ou complementação dos documentos necessários ao ato de credenciamento.

5.2.5. Juntamente com os documentos de representação, a licitante deverá entregar à CPL os documentos constantes no **item 3.1.1.**, válidos na data de abertura do certame, que ficarão retidos para instrução do processo.

5.2.5.1. A licitante sem representante legal, deverá incluir os documentos constantes no **item 3.1.1.**, válidos na data de abertura do certame, no Envelope n.º 03, sob pena de desclassificação por ausência de documento.

5.2.6. Os documentos de que tratam os **subitens 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3 e 5.2.5**, deste Edital deverão ser apresentados, separadamente, **fora dos envelopes e anteriormente a abertura**

do certame, sendo que para as hipóteses de credenciamento de procuradores, deverá ser providenciada a entrega de cópia da procuração devidamente autenticada, a qual ficará retida nesta licitação.

5.2.7. O não credenciamento da licitante ou de seu representante legal não é fato impeditivo para recebimento e abertura de seus envelopes, mas o impedirá e a qualquer pessoa presente que se manifeste e responda por ele, permanecendo tão somente sua proposta escrita.

5.2.8. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma licitante sob pena de desclassificação de ambas as propostas por infração ao sigilo que deve pairar sobre as mesmas.

5.2.9. Cada licitante custeará a elaboração de sua proposta e a participação de seu representante nas reuniões que serão realizadas.

5.3. Fica assegurada às licitantes, a qualquer tempo, mediante juntada dos documentos previstos no **item 5.2**, a substituição do seu representante junto ao processo.

6. DOS ENVELOPES

6.1. Para participar na licitação as interessadas deverão entregar à CPL, no horário estabelecido para abertura do certame, 04 (quatro) envelopes distintos, feitos em papel opaco, lacrados, rubricados no fecho e identificados da seguinte forma:

a) ENVELOPE DE N.º 01 contendo a **PROPOSTA TÉCNICA** – Plano de Comunicação Publicitária (via não identificada).

b) ENVELOPE DE N.º 02 contendo a **PROPOSTA TÉCNICA** – Plano de Comunicação Publicitária (via identificada).

c) ENVELOPE DE N.º 03 contendo o **CONJUNTO DE INFORMAÇÕES** (via identificada).

d) ENVELOPE DE N.º 04 contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS**.

6.2. Os envelopes deverão ser entregues contendo na parte externa as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA/ PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - via não identificada;

ENVELOPE Nº 02, PROPOSTA TÉCNICA/ PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – via identificada;

Razão Social Completa da Licitante.

Ref. CONCORRENCIA Nº xxx/2023.

ENVELOPE Nº 03, PROPOSTA TÉCNICA/ CONJUNTO DE INFORMAÇÕES – via identificada;

Razão Social Completa da Licitante.

Ref. CONCORRENCIA Nº xxx/2023.

ENVELOPE Nº 04 – PROPOSTA DE PREÇOS - via identificada.

Razão Social Completa da Licitante.

Ref. CONCORRENCIA Nº xxx/2023.

6.2.1. O ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA/ PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA (via não identificada) deverá ser retirado pelas licitantes junto à CPL, na sede do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, na cidade de Campo Grande/MS, **em até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário previsto para início do certame.**

6.3. Após a fase de julgamento TÉCNICO E DE PREÇOS, as licitantes qualificadas entregarão o envelope de nº 5, contendo os Documentos de Habilitação (via identificada), constando na parte externa as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 05 – HABILITAÇÃO - via identificada.

Razão Social Completa da Licitante.

Ref. CONCORRENCIA Nº xxx/2023.

6.4. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até a data e horário designados para a abertura da sessão pública.

6.4.1. Nessa hipótese todos os envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à CPL, com a seguinte identificação:

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SENAR-AR/MS
CONCORRÊNCIA Nº 002/2023
SESSÃO em xx/xx/20xx às xxh**

Obs.: Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como Proposta Comercial.

6.4.2. A licitante que optar por enviar, via postal ou outro meio similar de entrega, deverá obrigatoriamente retirar no **SENAR-AR/MS** o **ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA/ PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - via não identificada.**

6.5. É vedado o recebimento dos envelopes em momento posterior ou local diferente do previsto no preâmbulo deste Edital.

6.6. As licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados em todas as etapas desta Concorrência.

6.7. Toda a documentação exigida para o certame, quando da abertura da sessão, deverá ser apresentada em cópia simples ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório

competente, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor, sendo aceitos somente os que estiverem em plena validade.

6.7.1. Quando a documentação for apresentada em cópia simples, a via original deverá ser entregue a CPL para conferência e validação de sua autenticidade.

6.8. Em atenção ao princípio do formalismo moderado, o **SENAR-AR/MS** poderá acatar, excepcionalmente, documentos impressos que apresentem indicação de que tenham sido assinados eletronicamente por meio de certificação digital do tipo ICP-Brasil.

6.8.1. A aceitação do documento ficará condicionada à apresentação do documento eletrônico original, comprovação de autoria da respectiva assinatura e validade da certificação, todas durante a sessão.

6.8.2. Ocorrendo a situação indicada no *caput*, a CPL informará aos presentes e concederá prazo para que a licitante apresente o arquivo eletrônico original para fins de verificação.

6.8.3. O documento deverá ser enviado ao e-mail licitacoes@senarms.org.br, em formato PDF (*Portable Document Format*), respeitado o prazo indicado pela Pregoeira.

6.8.4. Recebido o documento, a CPL procederá à verificação da conformidade da assinatura, a identidade do assinante, bem como a data e a hora da assinatura, valendo-se de consulta à ferramenta disponibilizada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, por intermédio do endereço eletrônico <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.9-59/> ou outro que venha a substituí-lo.

6.8.5. Os documentos não aprovados no teste de conformidade serão recusados pelo **SENAR-AR/MS**.

6.8.6. Não produzirão efeitos os documentos com conteúdo diferente daquele inicialmente apresentado em meio físico, ou que tenham sido modificados por qualquer motivo, tampouco aqueles cuja assinatura do signatário tenha sido realizada após o início da sessão, sendo considerado documento novo para efeitos de credenciamento/habilitação.

6.8.7. A CPL registrará o procedimento em Ata.

6.8.8. Documentos enviados por e-mail antes ou após a sessão não serão considerados para nenhum fim.

6.8.9. A licitante que não fornecer o documento eletrônico válido, no formato e prazos estipulados no Edital, incorrerá nos mesmos efeitos da não apresentação de qualquer outro documento exigido.

6.8.10. O **SENAR-AR/MS** não se responsabiliza por falhas no envio decorrentes de qualquer natureza, sobretudo aquelas por eventuais problemas técnicos.

6.8.11. A licitante deve estar ciente de que a alternativa para este procedimento é o encaminhamento do documento digital a um cartório, que por sua vez deverá proceder a

validação e reconhecimento do documento, com fornecimento da respectiva certidão para apresentação no certame.

6.8.12. O **SENAR-AR/MS** reforça que o procedimento disposto neste item é excepcional e optativo, arcando as licitantes com o ônus pelo não atendimento em detrimento a outros formatos disponibilizados no Edital, sendo certo que documentos emitidos e assinados digitalmente só possuem validade no meio em que originalmente foram criados e quando atendidos os requisitos de autenticidade, integridade e validade.

7. DA PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPES “01 e 02” – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

7.1. Plano de Comunicação Publicitária - consistirá em um caderno impresso em papel tamanho **A4 (210 x 297)** sob a forma de layout, roteiro, storyboard, tabelas e textos de tipografia Arial, tamanho 11, sem condensação e entrelinhamento simples, desenvolvido a partir do Briefing (Anexo I), considerando um valor referencial equivalente a **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)** com prazo de **15 (quinze) dias úteis** para desenvolvimento, e será composta de quatro quesitos:

I) Raciocínio básico, sob a forma de texto de no **máximo 02 (duas) páginas**, que apresentará um diagnóstico das necessidades de comunicação publicitária para o **SENAR-AR/MS**, a compreensão da licitante sobre o objeto e os desafios de comunicação a serem enfrentados.

II) Estratégia de comunicação publicitária, sob a forma de texto de **no máximo 02 (duas) páginas**, que indicará e defenderá as linhas gerais da proposta para suprir o desafio e alcançar os resultados e metas de comunicação desejadas para o **SENAR-AR/MS**.

III) Ideia criativa, sob a forma de exemplos de peças publicitárias, que corresponderão à resposta criativa da licitante aos desafios e metas por ele explicitados na estratégia de comunicação publicitária, sendo uma (01) peça em 01 (uma) página, para cada um dos seguintes meios, **totalizando 05 (cinco) páginas**, todas no tamanho **A4 (210 x 297mm)**:

- a)** Jornal ou Revista: layout;
- b)** Outdoor: layout;
- c)** TV/ VT: storyboard;
- d)** Rádio: Spot ou Jingle/ roteiro;
- e)** Post em redes sociais.

IV) Estratégia de mídia e não mídia, em que a licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ela sugerida e em função da verba disponível indicada no instrumento convocatório, apresentada sob a forma de textos de **no máximo 04 (quatro) páginas**, sendo permitida, dentro deste limite, a inclusão de tabelas, gráficos, planilhas e quadro resumo, que identificarão as peças a

serem veiculadas ou distribuídas e suas respectivas quantidades, inserções, períodos e custos nominais de produção e de veiculação.

7.1.1. Exclusivamente na elaboração das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia, as licitantes poderão utilizar as fontes tipográficas que julgarem mais adequadas para sua apresentação.

7.1.2. O plano de comunicação publicitária previsto no **item 7.1**, será apresentado em 02 (duas) vias, uma sem a identificação de sua autoria em envelope padronizado fornecido previamente pelo **SENAR-AR/MS**, e outra com a identificação, conforme orientação.

7.1.3. A via identificada do plano de comunicação publicitária terá o mesmo teor da **via não identificada**, sem os exemplos de peças referentes à ideia criativa.

7.1.4. Será vedada a aposição, ao envelope e conteúdo destinado às informações da **via não identificada** do plano de comunicação publicitária, de qualquer marca, sinal, etiqueta, palavra ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes ou depois da abertura do envelope; Ela deverá ser apresentada da seguinte forma, não podendo ultrapassar as **13 (treze) páginas** previstas no edital referente aos seus itens “I”, “II”, “III” e “IV”:

- a) em papel sulfite A4, branco, gramatura 90g;
- b) com espaçamento de 02 (dois) cm nas margens direita e esquerda, superior e inferior a partir da borda;
- c) com textos justificados;
- d) sem utilização de “caps lock” ou *caixa alta* no texto ou título;
- e) com espaçamento “simples” entre as linhas;
- f) com texto em fonte “Arial”, tamanho 11 pontos;
- g) com numeração em todas as páginas, em algarismos arábicos, no canto inferior direito da página;
- h) agrupadas, sem grampeamento ou outro tipo de fixação; e
- i) sem identificação da licitante.

7.1.5. Será (ão) desclassificada(s) a(s) licitante(s) que descumprir (em) o disposto neste Edital.

7.1.6. Ao critério do **SENAR-AR/MS**, a campanha publicitária da proposta vencedora poderá ou não vir a ser produzida e veiculada, com ou sem modificações, na vigência do contrato.

8. PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE N° “03” – CONJUNTO DE INFORMAÇÕES

8.1. O envelope de nº 03 deverá conter a Proposta Técnica - Conjunto de Informações, em uma única via que deverá ser datada e assinada pelo representante da licitante; consistindo em um caderno impresso em papel tamanho A4 (210 x 297mm), composto de textos – utilizar tipografia Arial, tamanho 11, sem condensação e entrelinhamento simples. Deverá conter

informações destinadas a avaliar a capacidade de atendimento da licitante e o nível dos trabalhos por ela realizados para seus clientes e compor-se-á de 02 (dois) quesitos:

8.1.1. Capacidade de Atendimento (em textos e/ou fotos):

I. Em no máximo **20 (vinte) páginas**, a licitante apresentará:

- a)** Currículos com a quantificação e qualificação dos profissionais que serão postos à disposição da linha de atuação, de maneira discriminada, por setor da agência licitante (no mínimo: atendimento, arte, redação, mídia, planejamento e produção);
- b)** Descrição das instalações físicas e do instrumental técnico de que dispõe a licitante para atender a presente contratação;
- c)** Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem observadas pelo setor de atendimento da licitante na execução do contrato, incluídos os prazos máximos a serem cumpridos em condições normais de trabalho para a criação de campanha, criação de peças avulsas, produção de publicidade legal e elaboração de plano de mídia;
- d)** Relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante nos últimos 03 (três) anos, com a especificação do período de atendimento de cada um deles.
- e)** Para comprovação do estabelecido na **letra d) do item 8.1.1**, deverá apresentar, nota(s) fiscal(is) e/ou Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em seu nome no qual expressamente constará o detalhamento da prestação dos serviços anteriormente realizada, data de emissão do atestado, assinatura e identificação do signatário (nome, cargo e função que exerce junto à empresa emitente).

8.1.1.1. Não serão aceitos no **item 8.1.1**, da alínea – “a” até “d”, anexos especiais tais como portfolios impressos ou eletrônicos descrevendo atividades além das formas solicitadas.

8.1.1.2. Para comprovação do estabelecido na **letra a) do item 8.1.1**, a licitante deverá apresentar, **por ocasião da assinatura do contrato** a comprovação de vínculo profissional, que poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio; ou ainda o contrato de trabalho firmado com o profissional.

8.1.2. Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação (em textos e/ou fotos, layouts e mídias em pen drive).

I) Apresentação de 02 (duas) campanhas (cases), produzidas e veiculadas pela licitante, sob a forma de peças e respectivas memórias técnicas (contendo indicação do nome do cliente, título e ficha técnica) e a indicação de pelo menos dois (02) veículos que a divulgaram: devendo ser TV ou rádio ou outdoor ou revista ou jornal, ou post em redes sociais, nas quais se incluirão apresentações do problema, solução e resultados em forma de texto de no máximo duas (02) páginas para cada campanha, devendo ser de clientes distintos;

II) A licitante deverá apresentar necessariamente em anexo as peças que integraram a campanha, sendo uma peça para cada um dos meios divulgados;

a) As peças devem ser colocadas após as 02 (duas) páginas do texto descritivo do repertório/case; não serão aceitos textos explicativos acompanhando as peças em questão, a não ser as palavras indicando do que se tratam (ex: VT, Anúncio/JN, Spot ou Jingle, Outdoor ou post em redes sociais e assim por diante).

b) Há limite de até 08 (oito) páginas para as peças que ilustram/compõem o repertório, apenas para o texto descritivo do case.

III) Além dos cases, a licitante deverá apresentar 04 (quatro) peças isoladas produzidas para clientes diferentes (sendo cada uma para: VT, Spot/Jingle, Outdoor, Banner/Internet, Jornal, Revista ou post em redes sociais), devendo ser apresentada uma ficha técnica sucinta (de no máximo 10 (dez) linhas) do problema que cada peça se propôs a resolver e menção de pelo menos 01 (um) veículo / espaço que a divulgou /exibiu / expôs (não sendo permitido material de distribuição interna. A divulgação/ exibição/ exposição deverá sempre ser pública).

IV) O vídeo deverá ser fornecido em formato mp4 entregue em pen drive, e spot e/ou jingle claramente audível entregue em pen drive; outdoor e banner/ internet, anúncio de revista, anúncio de jornal, post em redes sociais em layouts com imagens nítidas e textos legíveis.

V) Não serão aceitos trabalhos que configurem apresentação de materiais especulativos, condenados pela Legislação da Propaganda, nem mesmo a título de exemplo ou sugestão.

VI) A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar, a qualquer momento, aos clientes citados nos cases ou nas peças apresentadas no repertório, confirmação desses trabalhos.

VII) As campanhas não podem referir-se a trabalhos solicitados e/ou aprovados pelo **SENAR-AR/MS**.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE "04"

9.1. O Envelope “04” conterá a “Proposta de Preços”, devidamente preenchida na forma do **Anexo IV**, devendo ser datada com a mesma data de abertura dos envelopes, impressa e assinada por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, devidamente identificada.

9.2. Os quesitos a serem valorados pelas licitantes são os integrantes da Proposta de Preços, cujo modelo constitui o **Anexo IV**, de acordo com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 (que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências):

a) Percentual de desconto sobre os custos internos baseados na tabela de custos referenciais do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Mato Grosso do Sul (SINAPRO/MS), limitados a 50% (cinquenta por cento);

b) Percentual de honorários, quando a responsabilidade da Agência limitar-se exclusivamente à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento. Sobre o valor, o anunciante pagará à Agência “honorários” de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 10% (dez por cento);

c) Percentual de honorários dos serviços e os suprimentos externos terão os seus custos orçados junto a fornecedores especializados, selecionados pela Agência ou indicados pelo anunciante. O cliente deverá pagar à Agência “honorários” de mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços e suprimentos contratados com quaisquer fornecedores.

9.2.1. Caso alguma licitante conceda desconto ou proponha honorários acima dos limites estabelecidos, será desclassificada.

9.3. A licitante deverá apresentar declaração, anexa na Proposta de Preços, na qual:

9.3.1. Tratará a questão dos direitos autorais, estabelecendo a cessão total e definitiva dos direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência do contrato que vier a ser firmado, sem qualquer remuneração adicional ou especial, mesmo após a vigência do contrato.

9.4. O “desconto de agência” pago pelos veículos de Comunicação às agências, deverá obedecer o limite estabelecido no Anexo B das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, conforme indicado abaixo:

9.4.1. Haverá repasse para a **SENAR-AR/MS**, sobre o “desconto de agência” pago pelos Veículos de Comunicação às Agências. Este valor obedece ao limite estabelecido no Anexo B das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, com base no valor do contrato, que a presente licitação estabelece até 2% (dois por cento) do investimento bruto.

9.5. As licitantes deverão indicar o prazo de validade das propostas, não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data da entrega das mesmas, sendo esta a data designada no preâmbulo deste Edital para a abertura dos envelopes.

9.5.1. Caso haja o vencimento da validade da Proposta de Preços sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, por meio do e-mail licitacoes@senarms.org.br, dirigida à CPL, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

9.6. A licitante deverá indicar na Proposta de Preços o número da conta bancária de natureza jurídica, agência e banco para fins de pagamentos, bem como os **dados do Representante Legal** que assinará o contrato ou instrumento equivalente: Nome Completo, nº do RG, nº do CPF e e-mail pessoal.

9.7. A elaboração da Proposta de Preços será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de pleitear a sua alteração posterior, ainda que a título de equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10. DOS PROCEDIMENTOS

10.1. Os procedimentos e julgamentos serão efetuados e correrão sob a responsabilidade da CPL, com exceção do julgamento da Proposta Técnica para qual será constituída Subcomissão Técnica de Licitação com integrantes detentores de conhecimentos técnicos pertinentes ao objeto desta licitação.

10.2. Estão previstas 04 (quatro) reuniões públicas observando os procedimentos previstos neste Edital e na legislação vigente.

10.3. A PRIMEIRA REUNIÃO será realizada no local, dia e hora previstos no preâmbulo deste Edital e terá basicamente a seguinte pauta:

- a)** identificar os representantes das licitantes por meio de documentos hábeis.
- b)** receber os envelopes nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04.
- c)** conferir se o envelope nº 01 apresenta em sua parte externa alguma menção que identifique a licitante, fato que impedirá a CPL de receber todos os outros envelopes dessa licitante.
- d)** abrir os envelopes nº 01 - **PROPOSTA TÉCNICA** – Plano de Comunicação Publicitária (via não identificada) e nº 03 - **CONJUNTO DE INFORMAÇÕES** (via identificada).
- e)** o envelope de nº 01 - **PROPOSTA TÉCNICA** – Plano de Comunicação Publicitária (via não identificada) deverá ser aberto e seu conteúdo mostrado aos participantes, sem que os mesmos tenham acesso, não devendo ser manipulados por eles, devendo após mostrado, ser novamente inserido no envelope que junto com o envelope nº 03 - **CONJUNTO DE INFORMAÇÕES** (via identificada), serão entregues à Subcomissão Técnica para julgamento.
- f)** Os representantes das licitantes presentes poderão indicar uma comissão constituída de alguns entre eles para rubricar os documentos nas diversas reuniões públicas, decisão que constará da respectiva Ata.
- g)** O (a) presidente da CPL solicitará aos representantes das licitantes, ou a comissão por eles designada, que rubriquem todas as folhas contidas no envelope de nº 03, manifestem-se com relação a documentação ou a respeito do desenvolvimento do certame para que conste na Ata da reunião.
- h)** Os envelopes nº 02 e nº 04 serão rubricados em seus fechos pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes, ou pela comissão por eles designadas e permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da CPL.

10.3.1. A exceção das Propostas Técnicas (envelopes nº 01 e 03), que serão julgadas pela Subcomissão Técnica no prazo de até 10 (dez) dias úteis, fato que será lavrado em Ata

própria, todos os demais procedimentos e julgamentos serão efetuados pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.

10.3.2. A análise dos envelopes pela Subcomissão Técnica será individualizada e o julgamento do Plano de Comunicação Publicitária e do Conjunto de Informações será realizado de acordo com o estabelecido neste Edital, observados os critérios por ele fixados.

10.3.3. A Subcomissão Técnica elaborará as planilhas com as pontuações fornecidas por seus membros e uma planilha totalizadora com a soma da pontuação atribuída aos quesitos e sub quesitos.

10.3.4. A Subcomissão Técnica deverá realizar análise técnica primeiro do conteúdo do envelope nº 01, e somente após a entrega da Ata de julgamento à CPL, a análise do conteúdo do envelope nº 03 e elaboração da respectiva Ata de julgamento.

10.3.5. A Subcomissão Técnica elaborará a Ata de julgamento do Plano de Comunicação publicitária (envelope nº 01) e encaminhará à CPL juntamente com as propostas, as planilhas de pontuações e as justificativas escrita das razões que fundamentaram cada caso.

10.3.6. De igual forma ao descrito no item anterior, a Subcomissão Técnica procederá com relação ao envelope nº 03.

10.3.7. Serão lavradas Atas circunstanciadas de todas as reuniões, assinadas pelos membros da CPL ou pelos membros da Subcomissão Técnica, conforme o caso, e pelos representantes das licitantes presentes.

10.4. A Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada um dos quesitos ou sub quesitos da Proposta conforme as regras previstas neste Edital e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão, até o término final dos prazos para recursos relativos a essa fase.

10.5. Será imediatamente desclassificada e ficará impedida de participar das fases posteriores do certame a licitante cujos documentos pertinentes ao envelope nº 01 contenham informações, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique sua autoria, bem como o envelope nº 03 traga alguma referência que possa identificar o envelope nº 01.

10.6. A SEGUNDA REUNIÃO acontecerá após o recebimento pela CPL da (s) Ata(s) de julgamento das Propostas Técnicas (envelopes nº 01 e nº 03), das planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica e convocação das licitantes por meio de publicação no endereço eletrônico <https://senarms.org.br/licitacoes>, contendo a seguinte pauta:

a) identificar os representantes das licitantes presentes.

b) abrir os envelopes nº 02 contendo as **Propostas Técnicas** – Plano de Comunicação Publicitária (via identificada).

c) cotejar as vias não identificadas do envelope nº 01 com as vias identificadas do envelope nº 02 do Plano de Comunicação Publicitária para a identificação da sua autoria.

d) elaborar planilha com as notas atribuídas as propostas técnicas compostas pelos quesitos do Plano de Comunicação Publicitária, Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, em ordem decrescente de classificação (envelope nº 01, nº 02 e nº 03).

e) divulgar o resultado do julgamento das Propostas Técnicas registrando-os em Ata contendo as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

10.6.1. O disposto no subitem **10.6** não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura dos envelopes nº 02.

10.7. Se todos os representantes das licitantes estiverem presentes na reunião, será aberto o prazo recursal de cinco (05) dias úteis, caso contrário, o prazo recursal será contado a partir da publicação do resultado no endereço eletrônico <https://senarms.org.br/licitacoes>, em conformidade com o RLC do SENAR.

10.8. Não havendo interposição de recurso ou ocorrendo sua desistência ou após terem sido julgados os recursos interpostos, será marcada data, hora e local para a terceira reunião pública que será informado às licitantes classificadas.

10.9. A TERCEIRA REUNIÃO pública terá a seguinte pauta:

a) identificar os representantes das licitantes presentes.

b) devolver os envelopes nº 04 contendo as Propostas de Preços, sem abrí-los e contra recibo aos representantes das licitantes presentes cujas propostas técnicas tenham sido desclassificadas.

c) abrir o envelope nº 04 das licitantes classificadas, cujo documentos serão rubricados pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes presentes ou pela comissão por eles designada.

d) examinar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências fixadas neste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las.

e) identificar a proposta de menor preço e divulgar o resultado final do julgamento das propostas.

10.10. Caso todos os representantes das licitantes estejam presentes na reunião pública, será aberto o prazo de cinco (05) dias úteis para a interposição de recurso das decisões desta fase. Em caso contrário o prazo para a interposição de recurso será contado a partir da divulgação do resultado no endereço eletrônico <https://senarms.org.br/licitacoes>.

10.11. Não tendo sido interposto recurso ou tendo ocorrido sua desistência ou ainda tendo sido julgados os recursos interpostos, será marcado dia, hora e local para a quarta reunião pública, que será informada às licitantes classificadas, para apresentação dos envelopes contendo os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

10.12. A QUARTA REUNIÃO pública para recebimento dos envelopes contendo os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” será realizada em dia, local e hora estabelecidos pela CPL e terá a seguinte pauta:

- a)** identificar os representantes das licitantes presentes.
- b)** receber os envelopes contendo os Documentos de Habilitação.
- c)** abrir os envelopes e efetuar rubrica dos documentos pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes presentes ou pelos membros da comissão por eles designada.

10.12.1. O exame da documentação constante do envelope poderá ocorrer no mesmo dia do seu recebimento ou a CPL poderá suspender a sessão para analisar os documentos de habilitação, agendando nova data para apresentação do resultado.

10.12.2. Em seguida, caso a CPL não possa apreciar e decidir de plano sobre a habilitação será redigida a Ata da quarta reunião e ato contínuo terá início a quinta reunião com a seguinte pauta:

- a)** examinar a documentação e decidir sobre a habilitação das licitantes de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.
- b)** informar às licitantes o resultado do julgamento e declarar as empresas habilitadas.
- c)** colocar à disposição das licitantes, para exame, a documentação anteriormente examinada pela CPL.

10.13. Se todos os representantes das licitantes estiverem presentes será aberto o prazo de cinco (05) dias úteis para interposição de recurso das decisões exaradas nesta, caso contrário, o prazo será contado a partir da divulgação do resultado no endereço eletrônico <https://senarms.org.br/licitacoes> e será lavrada a Ata da quinta reunião.

10.14. Não havendo interposição de recurso em conformidade com o RLC do SENAR ou tendo ocorrido sua desistência ou, ainda, tendo sido esses julgados, a CPL publicará o resultado final deste certame e apresentará relatório conclusivo do procedimento.

10.15. Não será suspensa a tramitação desta Concorrência se estiverem presentes à sessão todas as licitantes e as mesmas renunciarem expressamente ao direito de interpor recursos sobre determinada fase passando-se imediatamente ao exame da fase posterior.

10.16. Outros representantes das licitantes presentes não credenciados junto ao **SENAR-AR/MS** poderão participar da reunião como ouvintes, não lhes sendo permitido rubricar ou assinar documentos ou fazer qualquer observação em Ata.

10.17. A CPL poderá em qualquer fase do processo, se julgar necessário, proceder a vistoria das instalações e da aparelhagem disponível para a realização dos serviços objeto desta Concorrência.

10.18. A CPL poderá, no interesse do **SENAR-AR/MS**, relevar omissões puramente formais nos Documentos de Propostas e Habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo do certame e possam ser sanadas no prazo a ser fixado pela CPL.

10.18.1. Antes do aviso oficial do resultado desta Concorrência, não serão fornecidos a quem quer que seja quaisquer informações referentes a análise, avaliação ou comparação das propostas ou a adjudicação do objeto.

10.19. Qualquer tentativa de uma licitante em influenciar a CPL ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

10.20. A CPL poderá alterar as datas ou as pautas das reuniões ou mesmo suspendê-las em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1. A CPL encaminhará à Subcomissão Técnica o Plano de Comunicação Publicitária – Via não identificada (envelope nº 01) e ainda, o Conjunto de Informações (envelope nº 03), para avaliação e julgamento.

11.1.1. A Subcomissão elaborará as planilhas com as pontuações fornecidas por seus membros e uma planilha totalizadora com a soma da pontuação atribuída aos quesitos e sub quesitos, encaminhando à CPL as planilhas de pontuações e as justificativas escritas das razões que fundamentaram cada caso.

11.2. Caso seja constatado que os documentos do envelope nº 01, em qualquer momento anterior a sua abertura tragam marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do Plano de Comunicação Publicitária - Via não identificada – a licitante será automaticamente desclassificada e impedida de participar das fases posteriores do certame.

11.3. Na apreciação das Propostas Técnicas, será considerada a linha de atuação desenvolvida, baseada no Briefing (**Anexo I**), que receberá no máximo 100 (cem) pontos, distribuídos entre os diversos tópicos de julgamento, da seguinte forma:

11.3.1. PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – máximo de 60 (sessenta) pontos no total.

I - Raciocínio Básico - máximo de 10 (dez) pontos, relativos a:

a) Conhecimento das características gerais do cliente (2,5 pontos);

b) Conhecimento genérico dos serviços prestados pelo cliente (2,5 pontos);

c) Adequada compreensão da linha de atuação específica do cliente, da natureza, da extensão e da qualidade das relações do **SENAR-AR/MS** com seus públicos (2,5 pontos);

d) Acuidade de compreensão do papel da Comunicação do **SENAR-AR/MS** no atual contexto social, político e econômico (2,5 pontos).

II – Estratégia de comunicação publicitária - máximo de 20 (vinte) pontos, relativos a:

a) Formulação do conceito, da compreensão do tema hipotético ao desenvolvimento do raciocínio que o conduziu (05 (cinco) pontos);

b) A formulação do tema da comunicação adotado para a linha de atuação (05 (cinco) pontos);

c) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em sua defesa (05 (cinco) pontos);

d) A riqueza de desdobramentos positivos desse conceito para a comunicação do **SENAR-AR/MS** (05 (cinco) pontos).

III – Ideia criativa - máximo de 20 (vinte) pontos, relativos a:

a) A sua adequação ao problema específico de comunicação do cliente (2,5 (dois e meio) pontos);

b) A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta (2,5 (dois e meio) pontos);

c) A cobertura dos segmentos de público ensejada por essas interpretações (2,5 (dois e meio) pontos);

d) A originalidade da combinação dos elementos que a constituem (2,5 (dois e meio) pontos);

e) A simplicidade da forma sob a qual se apresenta (2,5 (dois e meio) pontos);

f) A sua pertinência às atividades do cliente e a sua inserção na sociedade (2,5 (dois e meio) pontos);

g) Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças apresentados (2,5 (dois e meio) pontos);

h) A compatibilização da linguagem das peças aos meios propostos (2,5 (dois e meio) pontos);

IV – Estratégia de mídia e não mídia: máximo de 10 (dez) pontos, relativos a:

a) O conhecimento dos hábitos de leitura e audição dos segmentos de público prioritários (02 (dois) pontos);

b) A capacidade analítica revelada no exame desses hábitos e nas conclusões oferecidas à formulação da mídia (02 (dois) pontos);

c) A consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às 02 (duas) alíneas anteriores (02 (dois) pontos);

d) A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças (02 (dois) pontos);

e) A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos próprios de comunicação do **SENAR-AR/MS** (02 (dois) pontos).

11.3.2. No CONJUNTO DE INFORMAÇÕES – máximo de 40 (quarenta) pontos no total.

I – Capacidade de Atendimento: máximo de 20 (vinte) pontos, relativos a:

- a) Capacidade geral de atendimento revelada pela licitante, considerando a qualificação dos profissionais colocados à disposição da linha de atuação nos diferentes setores da agência, considerando a formação profissional e experiência na área (05 (cinco) pontos);
- b) Estrutura física e equipamentos necessários à realização dos serviços (05 (cinco) pontos);
- c) Pertinência da sistemática de atendimento e a adequação dos prazos máximos para a entrega dos serviços, a operacionalidade do relacionamento entre o setor de comunicação e marketing do **SENAR-AR/MS** e a licitante, esquematizado na Proposta (05 (cinco) pontos);
- d) Experiência da licitante no atendimento a outros clientes com serviços similares ao objeto deste edital (05 (cinco) pontos).

II – Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: máximo de 20 (vinte) pontos no total, relativos a:

- a) Capacidade técnica e artística revelada pela licitante no atendimento a outros clientes, de acordo com as amostras de cases e peças incluídas na proposta e auferidas pelos quesitos de concepção, ideia criativa e sua pertinência, clareza da exposição, qualidade de execução e acabamento (máximo de 20 (vinte) pontos).

11.3.3. A Proposta Técnica receberá um máximo de 100 (cem) pontos:

11.3.3.1. Plano de Comunicação Publicitária – máximo de 60 (sessenta) pontos, distribuídos em:

- a) Raciocínio básico - máximo de 10 (dez) pontos;
- b) Estratégia de comunicação publicitária - máximo de 20 (vinte) pontos;
- c) Ideia criativa - máximo de 20 (vinte) pontos;
- d) Estratégia de mídia e não mídia: máximo de 10 (dez) pontos.

11.3.3.2. Conjunto de Informações – máximo de 40 (quarenta) pontos, distribuídos em:

- a) Capacidade de Atendimento: máximo de 20 (vinte) pontos;
- b) Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: máximo de 20 (vinte) pontos.

11.3.4. Em caso de empate será considerada como classificada em primeiro lugar a licitante que tiver obtido a maior pontuação, sucessivamente, nos quesitos correspondentes ao Plano de Comunicação Publicitária (**11.3.3.1**) e Conjunto de Informações (**11.3.3.2**).

11.3.5. Em permanecendo o empate será realizado sorteio.

11.3.6. A pontuação final de cada Proposta Técnica será definida pela soma das notas atribuídas a cada um dos quesitos relacionados no item **11.3.3**.

11.4. As propostas que obtiverem nota menor que 80 (oitenta) pontos serão desclassificadas.

11.4.1. As propostas que obtiverem pontuação final igual ou superior a 80 (oitenta) pontos serão classificadas em ordem decrescente, a partir da que acumular maior pontuação.

11.5. As notas para cada fator de pontuação (Plano de Comunicação e Conjunto de Informações) e para cada quesito de pontuação (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa, Estratégia de Mídia e Não-Mídia e Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) serão sempre obtidas pelo cálculo da média aritmética das notas atribuídas pelos membros que integram a Subcomissão Técnica.

11.6. A Nota da Proposta Técnica – NPT (total de pontuação auferida), corresponderá a soma das notas atribuídas conforme o item **11.3.3** e servirá para o cálculo da nota final – NF, atribuindo-se a esta nota, para apuração do resultado final da licitação, o peso de 70% (setenta por cento) na equação final da média ponderada entre a Proposta Técnica e a Proposta de Preço.

11.7. Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

- a)** não atenderem as exigências deste edital, ou
- b)** não alcançarem, na soma das notas de todos os fatores de pontuação nota 80 (oitenta).
- c)** Obtiverem pontuação zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos.

11.8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.8.1. As Propostas de Preços das licitantes classificadas serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

11.8.2. A classificação das propostas de preços será feita mediante a aplicação do critério de julgamento do menor preço, considerando um máximo de 100 (cem) pontos, sendo:

11.8.2.1. Até 60 (sessenta) pontos para a agência que cobrar os menores valores de custos internos com base na Tabela de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Mato Grosso do Sul (zero ponto que oferecer até 10% de desconto, um ponto para cada 1% (um por cento) de desconto até 20% e mais dois pontos para cada 1% de desconto entre 21 a 50% de desconto, limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor da tabela).

11.8.2.2. Até 40 (quarenta) pontos para os menores honorários oferecidos:

B1) sobre o custo orçado junto a fornecedores especializados, na prestação de serviços e de suprimentos externos, nos termos do subitem 3.6.1 das Normas-Padrão (04 (quatro) pontos para cada 1% de desconto sobre os 15% originais, até o limite de 10% de desconto); e

B2) contratação ou pagamento do serviço ou suprimento, nos termos do subitem 3.6.2 das Normas-Padrão (04 (quatro) pontos para cada 1% de desconto sobre os 10% originais, até o limite de 5% de desconto).

11.8.3. A avaliação da Proposta de Preços será pelo máximo de 100 (cem) pontos. Na avaliação da proposta de preços será atribuída pontuação em seus itens através dos seguintes critérios:

A – Baseado nos valores indicado nos custos internos, baseado na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Mato Grosso do Sul.

Percentual de desconto	Critério	Pontuação aferida (simulação máxima)
0 a 10 %	0 ponto	00
11 a 30 %	1% de desconto = 01 ponto	20
31 a 50 %	1% de desconto = 02 pontos	40
Subtotal		60

B) Remuneração por serviços de terceiros. Normas-Padrão da Atividade Publicitária - CENP, em atendimento ao Item 3.6, **subitem 3.6.1 e 3.6.2.**

B.1 Remunerado entre 10% e 15% de desconto (assessoria, execução, supervisão e pagamento).

Percentual de taxa cobrança	Critério	Pontuação aferida (simulação máxima)
15%	Zero ponto	
14%	04 pontos	
13%	08 pontos	
12%	12 pontos	
11%	16 pontos	
10%	20 pontos	Até 20

B.2. Remunerado entre 5% e 10% de desconto (contratar e efetuar pagamento).

10%	Zero ponto	
9%	04 pontos	
8%	08 pontos	
7%	12 pontos	
6%	16 pontos	
5%	20 pontos	Até 20
TOTAL DA PONTUAÇÃO MÁXIMA		Até 100

11.8.4. Erros aritméticos serão retificados da seguinte forma: se houver discrepância entre os percentuais propostos, prevalecerá o montante por extenso; e se a licitante não aceitar a correção do erro, sua proposta será rejeitada.

11.8.5. A Nota da Proposta de Preços – NP (total de pontuação auferida), corresponderá a soma das notas atribuídas conforme o item **11.8.3** e servirá para o cálculo da nota final – NF, atribuindo-se a esta nota, para apuração do resultado final da licitação, o peso de 30% (trinta por cento) na equação final da média ponderada entre a Proposta de Preços e a Proposta Técnica.

11.9. Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada em ofertas de outras licitantes e nem ofertas de redução sobre a proposta que melhor atenda aos interesses do **SENAR-AR/MS**.

11.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as disposições contidas neste Edital ou apresentarem valores superiores aos praticados no mercado e normas aplicáveis a esta licitação.

11.11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

11.11.1. O cálculo da NOTA FINAL das propostas das licitantes será feito mediante aplicação da seguinte fórmula: $NF = (NPT \times 7 + NP \times 3) / 10$, onde:

NF = Nota Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

$$\text{Nota Final} = \frac{(NPT \times 7) + (NP \times 3)}{10}$$

11.14. A classificação final será realizada com base no valor da Avaliação Final (Nota Final), classificando-se em primeiro lugar a licitante que obtiver a maior média ponderada, em segundo lugar, a que obtiver a segunda maior média ponderada e, assim, sucessivamente.

11.15. Em caso de empate, a licitante vencedora será aquela que tiver a maior nota técnica, permanecendo o empate será realizado sorteio.

11.16. A classificação das Propostas será feita em ordem decrescente dos números correspondentes as Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que for habilitada, mais bem classificada na nota final.

11.9. Desta etapa será lavrada Ata e, não tendo sido interposto recurso ou tendo ocorrido sua desistência ou ainda tendo sido julgados os recursos interpostos, será marcado dia, hora e local para a quarta reunião pública, que será informada às licitantes classificadas, para que apresentem os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação”.

12. DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “05”

12.1. Após a classificação das licitantes, as melhores pontuadas serão convocadas para apresentação do Envelope nº 05 contendo os Documentos de Habilitação.

12.1.1. A(s) licitante(s) classificada(s) deverá (ão) apresentar no “Envelope nº 05 – “Documentos de Habilitação” os documentos listados a seguir, de acordo com o previsto no item **6.7**, em 01 (uma) via, preferencialmente, numerados, dispostos ordenadamente, encadernados ou grampeados, de forma a não conter folhas soltas, sendo aceitos somente os que estiverem em plena validade.

12.1.2. Não havendo prazo de validade previsto na(s) certidão (ões) apresentada(s), entender-se-á (ão) válida(s) por 90 (noventa) dias contados de sua expedição.

12.1.2.1. Os prazos de validade previstos neste Edital prevalecem caso os órgãos expedidores não estabeleçam outro no documento.

12.2. A habilitação das licitantes fica condicionada à verificação dos documentos de habilitação, bem como da respectiva validade, no ato de abertura da reunião, podendo a CPL efetuar as consultas que julgar adequadas sempre que houver dúvidas sobre a legitimidade/autenticidade dos documentos apresentados, podendo, para esse fim, se necessário, suspender a sessão, designando-a no ato para outra data e horário, ficando cientes da nova data as licitantes presentes, sendo desnecessária, neste caso, a divulgação subsequente da nova data por qualquer outro meio.

12.3. O envelope com os documentos de habilitação será providenciado pela licitante e deve ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, e conterá os documentos previstos neste item, que deverão estar devidamente atualizados ao serem apresentados pela licitante.

12.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.4.1. Em se tratando de pessoa jurídica deverá ser apresentado o Ato Constitutivo ou a Prova de Registro de Empresário Individual ou o Estatuto ou Contrato Social em vigor, inclusive a última alteração (podendo ser substituído por ato consolidado) devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

12.4.1.1. Fica dispensada da apresentação do referido documento a licitante que já o tenha feito no credenciamento.

12.4.2. Declarações nos termos do modelo constante do **Anexo VI** deste Edital.

12.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em seu nome, que indique, qualifique e comprove aptidão para prestação de serviços com características semelhantes ao objeto deste Edital, **em especial ao constante no Termo de Referência – Anexo I**, por ser considerada como parcela de maior relevância no presente caso.

12.5.1.1. O atestado deverá ser fornecido em papel timbrado de cliente da licitante Proponente, no qual expressamente constará o detalhamento da prestação dos serviços anteriormente realizada, data de emissão do atestado, assinatura e identificação do signatário (nome, cargo e função que exerce junto à emitente).

12.5.1.2. Para fins de comprovar a atuação em trabalhos similares da forma como determinado no item **12.5.1** o atestado poderá ser acompanhado de outros documentos pertinentes.

12.5.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, que será aceito apenas mediante apresentação do contrato.

12.5.2. Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento, concedido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP, em plena validade.

12.5.3. Declaração de que, se vier a ser vencedora, estabelecerá em Campo Grande/MS, estrutura completa e adequada para a prestação dos serviços, se porventura for sediada em outro Município.

12.6. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

12.6.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao último exercício social **2022**¹, apresentados na forma da Lei e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a substituição das demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

12.6.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

12.6.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

¹ O Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1999/2014, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz) consignou que o prazo para apresentação dos balanços patrimoniais para fins de licitação, mesmo para as empresas tributadas com base no lucro real ou presumido, é aquele disposto no art. 1.078 do Código Civil, ou seja, 30 de abril do ano subsequente.

- a)** No caso de sociedades anônimas, balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa ou;
- b)** Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c)** Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- d)** Registrados, via Livro Digital, contendo Termo de Autenticação – Livro Digital, Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento ou;
- e)** Registrados Digitalmente, via arquivamento, contendo Requerimento, Registro Digital – Capa de Processo, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE ou;
- f)** Páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente ou;
- g)** Páginas transmitidas via Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, contendo Recibo de Entrega e Escrituração Contábil Digital, Termo de Abertura e Encerramento, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

12.6.1.3. A comprovação da boa situação financeira do licitante será avaliada pelo cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais (\geq) a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, considerando os valores extraídos de seu balanço patrimonial, mediante apresentação de documento assinado pelo contador responsável e/ou pelo representante legal da licitante, que contenha os referidos índices e suas respectivas fórmulas.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- a)** Os índices apresentados estarão sujeitos a conferência pela CPL, que poderá refazer os cálculos, conforme critérios estabelecidos acima, para fins de verificação de sua autenticidade, aceitação e habilitação nesta licitação.
- b)** A licitante que apresentar índices econômicos inferiores ($<$) a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverá

comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

12.6.2. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede de pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data do recebimento da documentação de habilitação no certame.

12.7. DA REGULARIDADE FISCAL

12.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) relativo ao domicílio ou sede da licitante e onde conste atividade operacional classificada na CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas em caráter pertinente e compatível com o objeto desta Licitação.

12.7.2. Como prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual deverá ser apresentado o CCI disponível no site <http://www.sintegra.gov.br/> ou ainda no site <http://www1.sefaz.ms.gov.br/Cadastro/sintegra/cadastromsCCI.asp> ou ainda, se for o caso, apresentar declaração devidamente assinada pelo Contador (e com nº do CRC) e proprietário da empresa licitante expressando a desobrigação de inscrição estadual; ou

12.7.2.1. Como prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal deverá ser apresentado o “Cartão de Inscrição” ou Alvará de Funcionamento.

12.7.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.7.3.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS) deverá ser atendida mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou documento equivalente que comprove essa regularidade.

12.7.3.2. A prova de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser atendida através da Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual, para fins de verificação.

12.7.3.3. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante deverá ser apresentada, para fins de verificação, podendo ser atendida através de Certidão Negativa de Débitos Mobiliários ou equivalente na forma da lei.

12.7.3.4. Caso as certidões que provem a regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal sejam POSITIVAS, o **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de só aceitá-las se contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

12.7.4. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

12.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas.

12.8. No encaminhamento da documentação a licitante ainda deverá observar o seguinte:

12.8.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

12.8.2. Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz; e

12.8.3. Em se tratando de matriz ou filial, na hipótese em que a empresa que efetivamente vai executar o objeto não for a mesma que participou da sessão pública, os documentos de habilitação da empresa que constará no instrumento contratual emitido pelo **SENAR-AR/MS** também deverão ser apresentados dentro do envelope n.º 01 – Documentos de Habilitação.

12.9. Os documentos que forem emitidos pela Internet, bem como aqueles cuja aceitação esteja condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para fins de verificação de sua autenticidade e aceitação pela CPL.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados, pela licitante que se julgar prejudicada, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da comunicação desta decisão, os quais serão dirigidos, por intermédio da CPL, ao Superintendente do **SENAR-AR/MS**. (art. 22 do RCL do SENAR).

13.2. Após cada fase da licitação, os autos ficarão à disposição dos interessados para vista, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

13.3. A licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, que correrá da comunicação da interposição do recurso, conforme disposto no § 3º art. 22, do RCL do SENAR.

13.4. Os recursos deverão ser apresentados por meio de petição circunstanciada e protocolados, de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, no Protocolo do **SENAR-AR/MS**, situada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS ou ainda protocolados junto à CPL, por meio do e-mail licitacoes@senarms.org.br, de segunda à sexta-feira, a ser encaminhado em formato “.pdf”, assinado pelo representante legal da empresa.

13.4.1. O **SENAR-AR/MS** não se responsabilizará por eventuais e-mails que, por qualquer motivo, não sejam recebidos no prazo em virtude de possíveis problemas no servidor ou navegador, tanto do **SENAR-AR/MS** quanto do remetente da mensagem.

13.4.2. Não serão considerados os recursos protocolados fora do horário e em local diferente do indicado no item **13.4.**

13.5. Os recursos serão julgados pelo Superintendente do **SENAR-AR/MS** ou por quem este delegar competência nos termos do art. 23 do RCL do SENAR.

13.6. O provimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Os recursos terão efeito suspensivo.

13.8. Transcorrido o prazo recursal ou, julgados os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Conselho Administrativo do **SENAR-AR/MS** para o procedimento de homologação e adjudicação de seu objeto.

14. DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO SEU OBJETO

14.1. Transcorrido o prazo recursal ou, julgados os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Conselho Administrativo do **SENAR-AR/MS** para o procedimento de homologação e adjudicação de seu objeto à vencedora.

15. DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. O **SENAR-AR/MS** convocará a adjudicatária após homologado o resultado da presente Concorrência, por escrito, para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o contrato.

15.2. Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do CONTRATO a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, Documentação de Habilitação e Propostas Técnica e de Preços.

15.3. Por ocasião da assinatura do contrato, a(s) adjudicatária(s) deverá(ão) apresentar a comprovação do estabelecido na letra **a)** do item **8.1.1** deste Edital, que poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a empresa como contratante; do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio; ou ainda o contrato de trabalho firmado com o profissional.

15.4. Transcorrido o prazo previsto no subitem anterior sem que a licitante compareça para assinar o instrumento contratual ou recuse em fazê-lo, o **SENAR-AR/MS** poderá convocar as licitantes remanescentes, observando rigorosamente a ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e **nas mesmas condições apresentadas na proposta classificada originariamente em primeiro lugar** ou revogar o certame, independentemente da aplicação das demais sanções previstas para a espécie neste Edital e no RLC do SENAR.

16. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. A execução do objeto está detalhada no Termo de Referência – Anexo I deste instrumento.

16.2. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à prestação de serviços relacionados a execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

16.3. Pelos serviços prestados, as **CONTRATADAS**, serão remuneradas da seguinte forma:

16.3.1 Concedem “desconto” de ____ % (____ por cento) sobre os custos internos baseados na tabela de custos referenciais do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Mato Grosso do Sul (SINAPRO/MS), contido na proposta da contratada.

16.3.2. Os serviços e os suprimentos externos terão os seus preços orçados junto a fornecedores especializados, selecionados pelas **CONTRATADAS**.

16.3.2.1. O SENAR-AR/MS pagará as **CONTRATADAS** “honorários” de b1 (____%) e b2 (____%) pertinentes a supervisão de produção externa incidente sobre os custos de serviços e suprimentos externos de terceiros, referentes a elaboração de peças e materiais contratados com fornecedores.

16.4. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, o percentual máximo sobre o valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pelo **SENAR-AR/MS** aos detentores dos direitos patrimoniais de uso dessas obras, será negociado pelas partes.

16.5. As **CONTRATADAS** não farão jus a honorários ou a qualquer outra remuneração sobre os custos de serviços realizados por terceiros referentes a produção de peças e materiais cuja distribuição proporcione a ela o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

16.6. Despesas com deslocamento de profissionais das **CONTRATADAS** ou de seus representantes serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse do **SENAR-AR/MS**, e a critério destes, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pelas **CONTRATADAS**, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** e respeitem os mesmos parâmetros utilizados com os seus funcionários, sendo vedados tais pagamentos quando estas despesas ocorrerem na cidade sede do **SENAR-AR/MS**.

16.7. As **CONTRATADAS** não farão jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pelo **SENAR-AR/MS**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente ao objeto contratado.

17. DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E DAS POLÍTICAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO SENAR-AR/MS

17.1. A licitante se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no **Código de Conduta e nas Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS**, disponível no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada, bem como assinar o Termo de observância ao Código de Conduta e às Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS – **Anexo VII** e a Declaração de Potenciais Conflitos – **Anexo VIII**, ambos deste Edital.

17.1.1. O “Termo de Observância – **Anexo VII**” e a “Declaração de Potenciais Conflitos – **Anexo VIII**” deverão ser apresentadas juntamente com os Documentos de Habilitação – Envelope “5”.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

18.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do parágrafo único, do art. 26 do RLC do SENAR, desde que verificadas as hipóteses de conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** cumuladas ao interesse da **CONTRATADA**.

18.2. Os pagamentos, decorrentes da execução do objeto serão efetuados, por meio de crédito em conta bancária de natureza jurídica após a apresentação da nota fiscal e recebimento do objeto, em até 25 (vinte cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS**.

18.3. A nota fiscal, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, acompanhada de relatório/evidências da execução do objeto, ficando seu pagamento condicionado a verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA** para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

18.4. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes à execução do objeto não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

19. DAS PENALIDADES

19.1. DA RECUSA EM ASSINAR O CONTRATO

19.1.1. A recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante as seguintes penalidades, a exclusivo critério do **SENAR-AR/MS**:

I - Perda do direito à contratação.

II - Suspensão do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo prazo de até 02 (dois) anos.

III – Multa de natureza não compensatória, de 10% sob o valor total da proposta apresentada.

19.2. DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELAS CONTRATADAS

18.2.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas no contrato poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar sua rescisão, sendo que para quaisquer destas hipóteses, mesmo que não resultante de rescisão contratual, o **SENAR-AR/MS** poderá, igualmente garantida à prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

19.2.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

a) prestação de serviços em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea, que não resulte em prejuízo para a execução do contrato.

b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência do contrato.

c) não disponibilizar, quando solicitado, as informações e/ou documentos exigidos neste instrumento, no Edital e no Termo de Referência.

19.2.1.2. MULTA MORATÓRIA, correspondente a:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não entregue, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade e fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e a **CONTRATADA** não providenciar após notificada.

19.2.1.3. MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que as **CONTRATADAS** perderem os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificada.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte das **CONTRATADAS**, determinante para ensejar o cancelamento do contrato.

19.2.1.4. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo **prazo de até 02 (dois) anos**.

19.2.2. A falta de regularidade fiscal da(s) **CONTRATADA(S)** ensejará a interrupção da execução do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pelo **SENAR-AR/MS**.

19.2.3. Para a aplicação das penalidades previstas neste contrato, a(s) **CONTRATADA(S)** será(ão) notificada(s) para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

19.2.3.1. Será instaurado processo administrativo interno (PAI) nas hipóteses de inobservância, pela **CONTRATADA**, do Código de Conduta e das Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS.

19.2.4. Após a decisão definitiva, em se aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS**, poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** ou proceder a sua cobrança administrativa e/ou judicial.

19.2.5. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis.

19.2.6. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva ao direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

19.2.7. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

19.3. Em caso de **REINCIDÊNCIA** das **CONTRATADAS** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido contrato unilateralmente, no que tange aos itens que lhes tenham sido adjudicados, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

20. DA PUBLICIDADE

20.1. Todos os atos referentes a presente licitação serão divulgados site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>.

20.2. Qualquer alteração neste Edital, bem como as decisões relativas a esta CONCORRÊNCIA, será comunicada aos interessados pela mesma forma com que se deu a divulgação ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de cancelar esta licitação antes da assinatura do Contrato, mediante prévia justificativa, sem que caiba às licitantes qualquer recurso, reclamação ou indenização, conforme art. 40 do RCL do SENAR.

21.2. A CPL poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares ou efetuar diligências, caso julgue necessário, visando melhor desempenhar suas funções institucionais, desde que disso não decorra a posterior inclusão de documentos que deveriam constar originariamente dos envelopes entregues pelas licitantes.

21.3. As licitantes interessadas deverão manter-se atualizadas de quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o Edital, através de consulta permanente ao site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>, não cabendo ao **SENAR-AR/MS** a responsabilidade pela não observância deste procedimento.

21.4. Entregues os envelopes 01 e 02 à CPL e desde que aberto pelo menos um deles, de qualquer uma das licitantes, não será mais permitida a desistência de participação no certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

21.5. Das sessões públicas serão lavradas Atas circunstanciadas, as quais serão assinadas pelos membros da CPL e pelas licitantes presentes, se assim o desejarem, com os registros de todas as ocorrências.

21.6. Os envelopes das licitantes ainda lacrados e não utilizados no certame serão disponibilizados para retirada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato. Decorrido esse prazo, poderá ser providenciada a sua destruição.

21.7. As licitantes deverão manter as mesmas condições de habilitação iniciais durante todo o certame e período de vigência contratual.

21.8. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do **SENAR-AR/MS**, da forma como indicado no preâmbulo deste Edital.

21.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame nas datas marcadas, as sessões serão automaticamente transferidas para os primeiros dias úteis subsequentes, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos, salvo comunicação em contrário.

21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for

explicitamente disposto em contrário, sendo que somente se iniciam ou se interrompem prazos em dia de expediente no **SENAR-AR/MS**.

21.11. Fica entendido que as especificações, e toda a documentação apresentada pela licitante são complementares entre si, de modo que qualquer informação que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

21.12. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela CPL, observando-se o RCL do SENAR, aprovado pela Resolução nº 01/CD do SENAR, de 15 de fevereiro de 2006, alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012).

21.13. Fica eleito o Foro de Campo Grande/MS, para dirimir eventual controvérsia que decorra da presente licitação.

21.14. Constituem partes integrantes e complementares deste instrumento os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – BRIEFING.

ANEXO II – Termo de Referência.

ANEXO III – Modelo Carta de Credenciamento.

ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preço.

ANEXO V – Modelo de Proposta Técnica.

ANEXO VI – Modelo de Declarações.

ANEXO VII – Minuta do Termo de observância ao Código de Conduta e as Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS.

ANEXO VIII – Minuta da Declaração de Potenciais Conflitos – Código de Conduta.

ANEXO IX – Minuta do Contrato.

ANEXO X – Minuta da Autorização de Fornecimento.

ANEXO XI – Tabela Sinapro.

Campo Grande/MS, 29 de junho de 2023.

Comissão Permanente de Licitação